

PEM ^{SE}

Planejamento
Espacial
Marinho

PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO NA REGIÃO SUDESTE

Um olhar estratégico e sustentável
para a Economia Azul no Brasil



SUMÁRIO

É com grande satisfação que o Consórcio Sudeste Azul, parceria entre a Fundação Getulio Vargas e a EnvironPact – Sustentabilidade e Resiliência, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), apresenta essa publicação. Trata-se do primeiro contato que estamos fazendo com o público interessado no desenvolvimento sustentável da Amazônia Azul, para o qual o Planejamento Espacial Marinho brasileiro ou, mais informalmente, o nosso PEM, é uma ferramenta inestimável. De forma resumida e objetiva, buscamos fornecer informações sobre a Amazônia Azul, destacando a sua importância para a região Sudeste (e vice-versa), sobre o que vem a ser o nosso PEM e sobre os estudos a serem desenvolvidos pelo Consórcio. Durante os próximos três anos, por meio de newsletters, redes sociais e oficinas presenciais, a serem realizadas em diversas cidades dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, teremos oportunidade de ampliar esse contato.

Boa leitura!

Direção da FGV | Direção da Environpact

1.	AMAZÔNIA AZUL: um oceano de possibilidades	7
	1.1 Região Sudeste: uma grande fatia da Amazônia Azul	11
2.	ENTENDENDO O PEM	17
	2.1 Vamos conhecer os 16 princípios do PEM?	20
3.	COMO FUNCIONA O PEM NO BRASIL?	25
	3.1 Como funcionará na região Sudeste?	27
	3.2 Perguntas frequentes	32
4.	QUEM FAZ O PEM SUDESTE ACONTECER	35
5.	UM PRODUTO DE TODOS	37
6.	GLOSSÁRIO	39

1

AMAZÔNIA AZUL: *um oceano de possibilidades*

O Oceano Atlântico é um ambiente vasto, rico e de múltiplas vocações. Seja por sua diversidade de espécies marinhas, suas “florestas” de corais, suas ilhas paradisíacas, suas reservas de recursos naturais, sua cultura altamente associada às tradições caiçaras, que nos deixaram de herança uma ligação intrínseca com o mar. Dizem que a vida começou no oceano. É para lá onde a nossa atenção aponta.

O Brasil tem uma região oceânica rica, significativa e importante chamada de “Amazônia Azul”, uma área abundante em biodiversidade e recursos naturais. São mais de 5,7 milhões de quilômetros quadrados de um vasto espaço marítimo formado por ambientes marinhos conhecidos **como plataforma continental brasileira, mar territorial, Zona Contígua e Zona Econômica Exclusiva (ZEE).**

Plataforma Continental compreende o leito e subsolo das áreas submarinas, que desce sob o mar até alcançar um aumento acentuado de profundidade. Muitas vezes, a plataforma continental pode chegar a uma profundidade de 200 metros. Em outros casos, a área pode se estender até muitas milhas da costa, como no caso da **Elevação do Rio Grande**. O Brasil exerce direitos de soberania sobre a plataforma continental, para efeitos de exploração dos recursos naturais.

Mar Territorial é uma área marítima de até 12 milhas náuticas (aproximadamente 22 quilômetros) onde um Estado tem soberania, ou seja, controle total dos recursos vivos, como as espécies marinhas, e não vivos, como o petróleo e a navegação.

Já a Zona Contígua é a faixa marítima a partir de 12 milhas náuticas e que se estende até 24 milhas náuticas, onde o Estado tem poder de fiscalização para atuar em casos de infração contra suas leis aduaneiras, sanitárias e fiscais.

Zona Econômica Exclusiva (ZEE) é a área marítima em que o Brasil tem direito de soberania para gestão, conservação, preservação e aproveitamento dos recursos naturais vivos e não vivos. Os direitos soberanos da ZEE envolvem a exploração de pesca, petróleo e gás natural. Essa área começa a 12 milhas náuticas e se estende até 200 milhas náuticas.



Para você ter uma noção, 5,7 milhões de quilômetros quadrados equivalem a cerca de 8 bilhões de campos de futebol.

O papel estratégico da Amazônia Azul envolve quatro principais dimensões: socioeconômica, ambiental, científica e de soberania para o Brasil. Pense com a gente: quantas atividades você conhece que existem por causa do mar? A produção de petróleo e gás em alto mar, a pesca artesanal e industrial, o cultivo de crustáceos e de algas, a geração de energia renovável por meio do vento, as navegações da atividade portuária, os cruzeiros turísticos, as diversas atividades na praia, como o surfe e o mergulho, até mesmo a culinária e a cultura. Essa lista vai longe, não é mesmo?

E, ainda, precisamos refletir sobre a relação do ser humano com o mar: com esse volume de atividades no oceano, como ficam os animais marinhos? Sejam as baleias jubartes, que cruzam o litoral brasileiro

em suas longas viagens, sejam as tartarugas marinhas, que navegam quilômetros de distância até voltarem para a areia da praia em períodos de desova. As áreas de proteção e conservação também precisam ser consideradas nessa organização do ambiente marinho. A conexão do povo brasileiro com o mar é fruto de uma **mentalidade marítima** e de uma **cultura oceânica**, que precisam ser fortalecidas.

O Brasil é um país de vocação marítima por suas raízes históricas, culturais e, cada vez mais, por sua economia. De forma isolada, às vezes, pode ser difícil dimensionar a integridade desse patrimônio nacional. A gestão desse imenso espaço marinho em território brasileiro, que é parte de um grande oceano, é um desafio global.

Pensando no território nacional, o Brasil está virado para o Oceano Atlântico, com mais de sete mil quilômetros de litoral. Isso representa um imenso **ambiente marinho**, que é representado por todos os recursos naturais disponíveis no mar brasileiro. Esse vasto natural é a base da **aptidão marinha** intrínseca do nosso mar. Isso potencializa nossa **vocação marítima**, ou seja, a capacidade da sociedade brasileira em desenvolver suas atividades no mar.

Por exemplo, não seria possível produzir petróleo em um ambiente marinho onde não há reservas naturais. Um exemplo ainda mais prático: em praias com águas calmas, o surfe não será o esporte mais desenvolvido, mas a prática de canoagem, sim.

Em 2017, durante a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Oceanos, o país declarou sua intenção de instituir seu Planejamento Espacial Marinho (PEM). O prazo é curto: até 2030, o PEM deve ser implementado como um instrumento público em toda a Amazônia Azul, considerando a diversidade de seus aspectos ambientais, culturais, socioeconômicos e estratégicos.

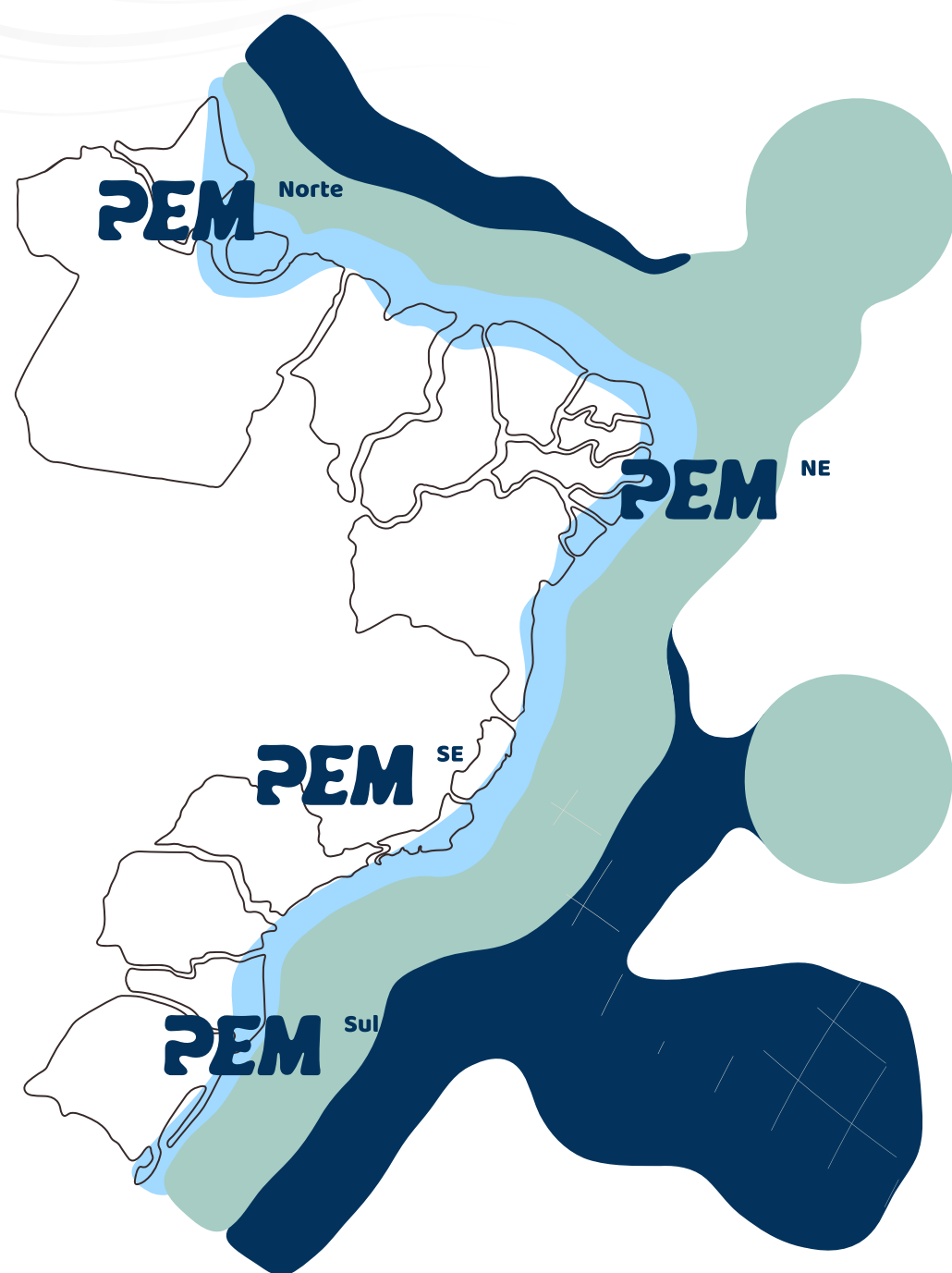
1.1

Região Sudeste: uma grande fatia da Amazônia Azul

Formada pelos Estados litorâneos de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, a área marítima da região Sudeste do Brasil corresponde a 42% da Amazônia Azul, segundo a Marinha do Brasil. É isso mesmo! O Sudeste é uma região estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a segurança nacional.

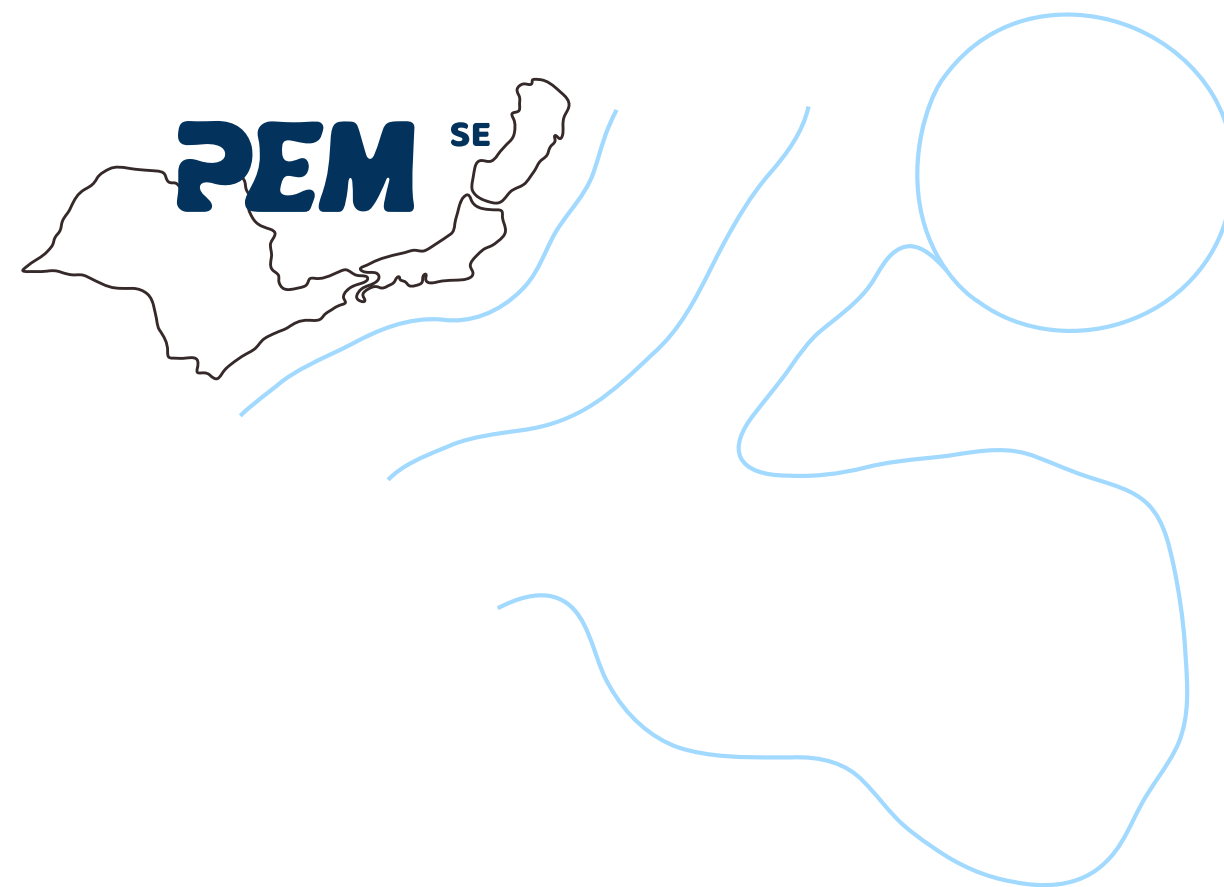
Integram, ainda, essa área da Amazônia Azul a Elevação do Rio Grande, um planalto localizado sob o alto-mar, e a Cadeia de Vitória-Trindade, caracterizado por um conjunto de montanhas submarinas, ambas de elevado valor ambiental.

A região marinha do Sudeste abriga alguns dos principais portos brasileiros. É também o epicentro do setor de petróleo e gás, pois detém mais de 90% da produção nacional, até mesmo em águas profundas e bem distantes da costa, como o pré-sal. Possui, ainda, atrativos turísticos e recreativos, com santuários marinhos de muito valor ambiental.



É uma das principais contribuintes da “economia azul”, com representações significativas no PIB (Produto Interno Bruto) de cada um dos três Estados. A região é responsável por mais de 80% de toda a economia marítima do Brasil e possui grande potencial para desenvolvimento de energias renováveis no mar.

A área marítima da região Sudeste do Brasil corresponde a 42% da Amazônia Azul





Você já ouviu falar na Elevação do Rio Grande?

Essa é a área mais afastada da nossa Amazônia Azul! A **Elevação do Rio Grande** é um planalto submarino no Oceano Atlântico, na região marítima do Sudeste, que já foi uma ilha vulcânica tropical há mais de 45 milhões de anos. É um espaço marinho valioso para o país. Pesquisas apontam para uma formação geológica rica em minerais importantes para a transição energética. O ponto mais alto da elevação está a 600 metros abaixo da superfície do mar.

O Brasil reivindica essa área como parte integrante de sua plataforma continental e se baseia em resultados e estudos técnicos para pleitear este território. Com isso, o país garantiria pleno poder sobre sua exploração de solo e subsolo. Em sua extremidade mais distante da costa, a Elevação do Rio Grande alcança mais de 1.200 quilômetros.

Uma cordilheira no Oceano Atlântico

Você consegue imaginar uma cadeia montanhosa com extensão equivalente a distância entre as capitais de São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS)? Estamos falando sobre a **Cadeia Vitória – Trindade**, um conjunto de mais de 30 montes submarinos e mais de um mil quilômetros de extensão no oceano. Refúgio da vida marinha, a cadeia tem início na costa do Espírito Santo, a cerca de 1.200 quilômetros do continente. Um dos lugares mais populares é o arquipélago Trindade e Martim Vaz.



Créditos: Marinha do Brasil - Ilha Martim Vaz, CC BY-SA 2.0.

2

ENTENDENDO O PEM



Você sabia?

O Planejamento Espacial Marinho, embora tenha sua origem formal nos Planos Setoriais de Recursos do Mar (PSRM) foi formalmente instituído em 5 de junho de 2025, a partir do decreto número 12.491. O PEM abrange toda a Amazônia Azul.

Primeiramente, precisamos entender que o PEM é um **instrumento de ordenamento espacial e temporal das atividades humanas desenvolvidas no mar**. Esse planejamento é um **processo público e participativo** para a construção de um ambiente marinho saudável, biodiverso, resiliente, seguro, produtivo e promotor do desenvolvimento sustentável, ordenado, equitativo e democrático.



Para alcançar seus objetivos, o PEM deve ser realizado sob a ótica do planejamento e da governança, com participação social, articulação com órgãos e entidades públicas e privadas e, ainda, órgãos internacionais. É importante você saber que o PEM considera o **conhecimento científico e os saberes tradicionais** para elaborar um documento de gestão da Amazônia Azul.

O PEM é um **instrumento plural**, por isso tem relação direta com a sociedade. Nessa construção, os interesses das comunidades tradicionais costeiras, os interesses privados e os interesses da comunidade científica, por exemplo, subsidiam a elaboração e promoção de um documento em prol do público, da justiça social, da sustentabilidade e do desenvolvimento socioeconômico nacional. Será uma verdadeira política pública para o mar!

Alcançar os objetivos do PEM envolve uma série de diretrizes, que buscam, principalmente, a manutenção da soberania e da defesa nacional, a conservação da biodiversidade e dos **serviços ecossistêmicos**, o desenvolvimento econômico sustentável, a inclusão social, a justiça ambiental e climática e o bem-estar da sociedade.

Serviços ecossistêmicos são os serviços provenientes da natureza para o bem-estar humano. A água da praia, os alimentos que vêm do mar e até mesmo os serviços imateriais, como a regulação do clima e as possibilidades de lazer. O PEM possui **abordagem de base ecossistêmica**, que reconhece os benefícios da natureza para a sociedade.

2.1

Vamos conhecer os 16 princípios do PEM?

01

Abordagem ecossistêmica

O cuidado com a natureza considerando todos os seres vivos que fazem parte de um ambiente, seus comportamentos e suas relações.

02

Promoção da saúde e do bem-estar humano

Busca pela garantia de uma vida saudável e segura para todos a partir de um meio ambiente equilibrado. Isso inclui, por exemplo, água limpa e comida proveniente de um mar sem poluição.

03

Abordagem precautória

“Precaução” é agir com cuidado, mesmo quando estamos incertos dos riscos. Se não tivermos certeza sobre uma atividade que possa contribuir para a degradação do mar, por exemplo, é melhor evitá-la.

04

Enfoque baseado em área

O PEM contemplará todo o Brasil, mas precisa ser pensado de forma regional. Precisamos fazer planos diferentes para cada lugar, respeitando suas características.

05

Integração e coordenação intergovernamental

Para alcançar nossos objetivos precisamos conversar e trabalhar juntos. Isso envolve os vários órgãos do governo e suas diferentes frentes de atuação, como as secretarias de meio ambiente, de transporte, de pesca, entre outros.

06

Participação social

Governança se faz com participação social, pois as pessoas têm o direito de opinar e participar das decisões que afetam o meio ambiente. Pode ser por meio de reuniões, debates ou conselhos.

07

Promoção da cultura oceânica

É ensinar e espalhar conhecimento sobre a importância dos oceanos, para que todo mundo saiba como cuidar melhor deles.

08

Inclusão e acessibilidade

Para tomar uma decisão é preciso que as pessoas tenham as mesmas chances de participar de um processo, independentemente das suas condições.

09

Transparência

Esse é quase “autoexplicativo”, não é? Devemos mostrar claramente o que está sendo feito para que a sociedade confie no processo e nos resultados.

10

Conhecimento e inovação

A ciência e a tecnologia estão disponíveis a nosso favor! As novas ideias e os novos meios para realizar um processo podem nos ajudar a resolver os problemas de forma mais eficiente e moderna.

11

Caráter adaptativo e contínuo

O mundo muda o tempo todo. As leis e as estratégias também se transformam ao longo do tempo. Os planos devem considerar as novidades e as necessidades de adaptação.

12

Enfrentamento da mudança do clima

Os efeitos da mudança climática, como o aumento do nível do mar e a degradação de corais de recife, por exemplo, exigem que a sociedade tome atitude para se preparar e lidar com os desafios e novos padrões da natureza.

13

Economia oceânica sustentável e inclusiva

A “economia azul”, proveniente dos recursos do mar, precisa ser pensada de uma forma não destrutiva e que beneficie toda a população, não só algumas pessoas.

14

Juridicidade

Todos os planos para a organização do ambiente marinho devem estar dentro das leis, respeitando direitos e deveres.

15

Cooperação internacional

O planejamento marinho é uma meta global. Precisamos trabalhar juntos para organizar as múltiplas vocações e proteger as nossas riquezas, entendendo que, no mar, não há fronteiras.

16

Soberania do Estado, defesa nacional e segurança marítima

É importante estabelecer a cooperação internacional, mas com a garantia do controle do território brasileiro, garantindo a segurança e a soberania nacional.

Princípios instituído pelo Decreto Nº 12.491, de 5 de junho de 2025.



3

COMO FUNCIONA O PEM NO BRASIL?

Essa “organização do mar” contemplará toda a Amazônia Azul de forma integrada e operacionalizada para que seja elaborada de forma sinérgica nas quatro regiões costeiras do Brasil: Sul, Sudeste, Nordeste e Norte. Tem coordenação conjunta da **Marinha do Brasil**, por meio da **Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar**, e pelo **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**.



O processo de elaboração é coordenado por meio do **Comitê Executivo do Planejamento Espacial Marinho** (CE-PEM) da **Comissão Interministerial para os Recursos do Mar** (CIRM). Os estudos técnicos para o PEM nas regiões Sul, Sudeste e Norte são financiados com recursos públicos

do **BNDES** (com investimento aproximado em R\$ 32,3 milhões) e pelo **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade** (Funbio) na região marinha do Nordeste (com recursos aproximados em R\$ 10,65 milhões). O PEM é executado por empresas de consultoria, de gerenciamento de projetos e universidades.

Créditos: Foto de Bruno Almeida na Pexels

3.1

Como funcionará na região Sudeste?

O PEM será dividido em **três fases distribuídas em diversas atividades**. Essas fases envolvem diagnósticos, consolidação de dados disponíveis, simulação de cenários atuais e futuros, momentos de debate e oficinas junto às partes interessadas, entre outras atividades para a elaboração de uma proposta de **Plano de Gestão**.

A participação da sociedade na construção do PEM é fundamental!

“Integração” é um dos meios para lidar com os desafios do PEM como um documento único de cobertura nacional. Estamos falando de um planejamento das diversas atividades humanas no mar, um assunto complexo que exige metodologias singulares que considerem as regionalidades de cada área marítima.

As equipes do PEM trabalharão em sintonia e articuladas entre as regiões, mas com métodos adequados às suas realidades locais.

fase 01

Diagnóstico e linha base

Organização de atividades e partes interessadas

São as ações iniciais, que incluem a identificação e o mapeamento das **partes interessadas**, a interação entre as equipes e a produção de materiais de comunicação.

Identificação do arcabouço legal, conflitos e inconsistências

Nesta etapa buscamos reunir todo o arcabouço legal e normativo, com leis, decretos, normas, planos setoriais, políticas públicas, entre outras legislações existentes e que estabelecem as atividades humanas realizadas no mar. Muitas vezes, há sobreposições e lacunas. Esse é um dos objetivos em elaborar uma matriz de intercorrências que apoie o processo final do PEM.

Mapeamento da base ecossistêmica

Aqui, nosso desafio será identificar e mapear os habitats/ecossistemas marinhos, os serviços ecossistêmicos e os benefícios da natureza para a sociedade. Os serviços ecossistêmicos são divididos em quatro grandes grupos: de provisão, de suporte, de regulação e cultural, que consideram fontes materiais e outras imateriais. Vamos reunir informações sobre recifes de corais, manguezais, banco de algas, atividades culturais e esportivas, por exemplo, e seus benefícios para a sociedade.

Identificação dos usos atuais e potenciais

A partir dos resultados adquiridos nas atividades anteriores, vamos elaborar cadernos divididos por temas. Vamos abordar os principais usos do mar no cenário atual e em um horizonte temporal de 10, 15 e 20 anos. Queremos avaliar o potencial das atividades econômicas e os aspectos ambientais, sociais e culturais das áreas de pesca artesanal e industrial, aquicultura, energias renováveis, petróleo e gás, navegação, turismo, conservação, entre outros.

Oficinas setoriais de validação dos dados de entrada e das áreas de interesse, incluindo mapas de habitats e serviços ecossistêmicos

Esse é um primeiro e relevante momento de participação social. As oficinas serão momentos de debate para apresentação e discussão sobre os resultados destacados nos cadernos setoriais. Vamos apresentar um ponto de vista, os princípios propostos para o PEM, as metas e as expectativas para cada setor nos próximos anos.

fase 02

Análise de conflitos e cenarização

Disponibilização de camadas de informação na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e preparação dos roteiros para exportação de dados para o Geoportal

Todos os dados geoespaciais (informações geográficas) gerados nas fases anteriores serão carregados na INDE pelos órgãos competentes, uma plataforma do governo brasileiro que disponibiliza dados públicos. Este site é público e está disponível no endereço www.inde.gov.br

Alimentação e adequação do Geoportal

O Geoportal é uma ferramenta construída para reunir as informações de atividades realizadas pelo PEM. Com essas informações será possível visualizar espacialmente os usos atuais e potenciais para a nossa Amazônia Azul, com sua fundamentação científica.

Sobreposição de uso, sinergias, mapas de pressão e serviços ecossistêmicos

A partir do mapeamento de habitats e serviços ecossistêmicos, queremos identificar e analisar os diferentes tipos de uso do mar que ocorrem ao mesmo tempo e a área de importância ecológica do Sudeste.

Formação e capacitação das partes interessadas

Esta atividade prevê uma nova e relevante oportunidade de interação com a sociedade. Atividade participativa, que contempla cursos presenciais e virtuais para gestores públicos, sociedade, comunidades locais e outros representantes da sociedade para compartilhar informações sobre o andamento do PEM e as noções gerais para uso das ferramentas criadas pelo projeto, como o Geoportal.

Elaboração/projeção de cenários futuros

O objetivo dessa atividade é construído, metodologicamente, desde o início do projeto, entretanto, é nessa atividade que deverá representar o ambiente marinho em cenários futuros por meio de recursos visuais, em um horizonte temporal de 10, 15 e 20 anos.

fase 03

Negociação dos usos, formulação do plano e do instrumento regulatório

Oficinas de negociação intersetorial e mapas de cenários futuros validados

Esse é mais um momento singular, participativo e plural de participação social. Todos os resultados adquiridos durante as atividades anteriores ao estudo técnico do PEM serão apresentados e discutidos durante oficinas sub-regionais – estaduais. A sociedade poderá analisar os dados e ajudar a organizar as áreas ou temas que possam ter sobreposições, contribuindo para decisões mais justas e eficazes.

Proposta de Plano de Gestão Espacial Marinho

Nesta etapa, vamos ter um cenário de referência, previamente validado com a sociedade durante os momentos de participação social, para que seja desenvolvido um plano de gestão do espaço marinho. Esse documento deve propor as ações necessárias em curto, médio e longo prazo para alcançar o futuro desejado.

Proposta de documento formalizador do Planejamento Espacial Marinho

Você lembra que falamos que o PEM será fundamentado por um instrumento legal para o ordenamento do espaço marinho? É por isso que a etapa final do projeto deve apresentar uma proposta de documento(s) normativo(s) com regras e diretrizes claras para a efetivação de um “ordenamento espacial marinho” pretendido.



3.2

Perguntas frequentes

O que significa “espacial” na sigla do PEM?

Se refere ao espaço marinho. Nesse caso específico, ao nosso espaço marinho, a “Amazônia Azul”.

O PEM vai restringir alguma atividade?

Não, porque o PEM é um estudo de planejamento que indicará um modelo de organização das atividades humanas no mar, promovendo uma abordagem sustentável entre o meio ambiente, a sociedade e o desenvolvimento econômico.

O PEM pode auxiliar o processo de licenciamento ambiental?

Embora não seja um instrumento voltado para o licenciamento ambiental, o PEM é um estudo regional que destaca as áreas onde há maior competição pelos serviços ecossistêmicos ou áreas em que há conflito pelo uso do recurso e do espaço marinho, apoiando a identificação de potenciais impactos socioambientais em uma escala local.

O PEM pode contribuir com o conhecimento científico?

Sim, pois sua elaboração integra o conhecimento científico e técnico, assim como os saberes tradicionais. Além disso, o PEM é evolutivo e cumulativo, permitindo que novos dados sejam considerados e inseridos.

O PEM envolve múltiplos setores?

Sim, o PEM é um planejamento multisetorial que integra diferentes setores e fornece informações norteadoras para que estes se organizem de forma personalizada, considerando suas relações de dependência com o meio ambiente e com outros setores.

O PEM pode apoiar a proteção de áreas marinhas?

Sim, pois o PEM poderá identificar espaços marinhos de grande importância ecológica para o Brasil e fornecer subsídios para o estabelecimento de Áreas Marinhas Protegidas.

O PEM pode alavancar o uso econômico sustentável do mar?

Sim, pois a conjunção de um Plano de Gestão, bons dados geoespaciais mapeados e negociados e a consolidação de arcabouço legal e normativo conferem maior estabilidade aos riscos e possibilidades de investimentos na economia do mar de forma sustentável, alavancando o desenvolvimento socioeconômico nacional.

Como a sociedade poderá contribuir diretamente na elaboração dos estudos do PEM?

De diversas formas! Há atividades internas de estudos e pesquisa, atividades realizadas pela equipe do Consórcio Sudeste Azul, mas há também diversas ações previstas para a participação da sociedade, com oficinas setoriais, sub-regionais e capacitações.

Povos e comunidades tradicionais participarão do PEM?

Sim, a última etapa da fase 1 (página 28) será o primeiro de diversos momentos para participação social de forma presencial em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Todas as datas e locais serão divulgadas nas redes sociais.

Como ocorrerá o engajamento?

Será por meio de uma estratégia de mapeamento do PEM Sudeste, guiada por um conjunto de princípios que asseguram coerência metodológica e legitimidade social! São estratégias que incluem noções como:

- *"Leave No One Behind - Não deixe ninguém para trás"*: identificar e incluir ativamente grupos vulneráveis e historicamente excluídos dos processos decisórios.
- Diversidade de saberes: valorizar o conhecimento técnico científico, popular, tradicional e empírico.
- Equidade de participação: evitar super-representação de grupos dominantes e garantir espaço para minorias.
- Integração e colaboração: envolver, desde o início, todas as frentes técnicas do PEM Sudeste para garantir coerência e complementaridade.
- Transparência e legitimidade: garantir rastreabilidade das informações ("quem indicou?", "em que momento?", "com base em que fonte?"), assegurando confiança social e institucional no processo.



Quem faz o PEM Sudeste acontecer

O PEM Sudeste é construído a muitas vozes. Ele nasce do diálogo com quem vive e conhece o mar no dia a dia — povos e comunidades tradicionais, pescadores e marisqueiras, quilombolas, caiçaras, indígenas e tantas outras pessoas que mantêm uma relação histórica e afetiva com o território marinho. São esses saberes locais, transmitidos de geração em geração, que ajudam a guiar o planejamento e garantir que ele seja justo, diverso e conectado à realidade.

Para transformar essas vozes em um plano concreto, há uma equipe técnica formada por mais de 60 profissionais de diferentes áreas — meio ambiente, economia, engenharia, ciências sociais, geologia, direito e comunicação — que trabalham juntos para integrar conhecimento científico e tradicional. Cerca de 70% têm mestrado ou doutorado e atuam com o compromisso de garantir rigor, transparência e inclusão em todas as etapas do projeto.

Ao longo do processo, o PEM Sudeste promoverá espaços de escuta, diálogo e participação com governos, setor produtivo, academia e sociedade civil. Assim, cada contribuição ajuda a construir um plano verdadeiramente coletivo — feito por todos e para todos.

5

UM PRODUTO DE TODOS

“O futuro do nosso mar será construído com todos e para todos.”

Identificação

O PEM Sudeste organiza o uso do nosso mar de forma participativa e colaborativa. Por isso, estamos identificando comunidades, setores produtivos, órgãos públicos, pesquisadores e organizações da sociedade civil que mantêm relação com o mar e a costa. Buscamos representatividade, diversidade de vozes e inclusão em todas as etapas.

Nosso objetivo é que ninguém fique de fora!

Como?

O processo de participação combina mapeamento colaborativo das partes interessadas, escuta qualificada, oficinas setoriais e multissetoriais, e capacitação de lideranças. Esses espaços de diálogo permitem validar diagnósticos, discutir cenários de futuro e negociar soluções para os múltiplos usos do mar.

Além disso, os resultados e mapas serão disponibilizados no Geoportal do PEM, promovendo transparência ativa, acesso aberto às informações e oportunidades para que todos acompanhem o andamento do projeto.

O que se espera?

O fortalecimento da participação social permitirá equilibrar interesses diversos e construir caminhos compartilhados para os usos do mar em consonância com a proteção do meio ambiente e com as estratégias de desenvolvimento. O projeto busca aproximar povos e comunidades tradicionais, setores produtivos, academia, governos e sociedade civil, promovendo diálogo, equidade e corresponsabilidade. Dessa forma, o PEM Sudeste conecta a região a compromissos globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, e cria condições para que decisões estratégicas sobre o futuro do mar sejam tomadas de forma inclusiva, transparente e baseada em evidências.

Quem?



Governo e
órgãos públicos



Comunidades
tradicionais



Setor
produtivo



Academia



Sociedade
civil

6

GLOSSÁRIO



MAR E TERRITÓRIO

Amazônia Azul: espaço marítimo do Brasil, que compreende o mar, o leito e o subsolo marinhos na extensão atlântica, que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da plataforma continental brasileira.

Mar Territorial: faixa de aproximadamente 22 quilômetros (12 milhas náuticas) a partir da costa, onde o Brasil exerce plena soberania.

Marinho: relacionado a tudo que está presente no mar, como os animais e os recursos naturais.

Marítimo: adjetivo relativo às atividades humanas desenvolvidas no ambiente marinho, como navegação e exploração de recursos.

Plataforma Continental: extensão do território terrestre no fundo do mar, onde o país pode explorar recursos do solo e subsolo.

Vocação Marítima: aptidão para usar o mar como parte de seu desenvolvimento econômico e social.

Zona Contígua: área marítima logo após o mar territorial, onde o país pode agir em prol de seus interesses legais em caso de infrações marítimas ou aduaneiras.

Zona Econômica Exclusiva (ZEE): região marítima onde o Brasil tem direitos exclusivos sobre os recursos naturais.



GESTÃO

Cenarização: construção de diferentes cenários futuros criados para apoiar o planejamento e as tomadas de decisão.

Conflitos: situação em que a atuação de um grupo ou um setor ameaça a sobrevivência de outra atividade.

Dados Geoespaciais: informações com localização precisa que possibilitam os estudos de áreas terrestres e marinhas.

Mapeamento: levantamento detalhado de informações sobre um território, usado em estudos como um “guia” para orientar decisões.

Potencial Estratégico: importância de uma área ou recurso para decisões políticas ou econômicas.

Planejamento Espacial Marinho: organização do uso do espaço marítimo para promover o uso sustentável.

Sobreposição de Uso: situação em que diferentes atividades ocorrem no mesmo espaço.



ECONOMIA

Economia Azul: práticas para a exploração responsável e equilibrada dos oceanos, com foco na conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, na sustentabilidade e na justiça social, garantindo o mar protegido, o desenvolvimento econômico e a distribuição justa dos benefícios para as comunidades costeiras e dependentes dos recursos marinhos.

Energia Renovável: meios para gerar energia por meio de recursos naturais que se renovam, como o vento.

Produto Interno Bruto (PIB): indicador econômico que mede os serviços produzidos num país.

Serviços Ecossistêmicos: benefícios oferecidos pela natureza, como o fornecimento de água e regulação climática.



POLÍTICAS PÚBLICAS

Segurança Nacional: medidas de proteção para manter a integridade e a soberania do país.

Soberania Nacional: autoridade e controle do país sob um território e seus recursos.

Governança: ato de governar que se estende do Estado até a sociedade em processos decisórios.

Instrumento Legal: documento oficial, como leis ou decretos, criado para regulamentação e garantia de direitos.

Arcabouço Legal e Normativo: conjunto de normas e leis que sustentam uma política pública.

Negociação: diálogo entre partes interessadas para buscar acordos que atendam interesses comuns.

Mentalidade Marítima: modo de pensar sobre a importância do mar e das águas interiores para a vida dos brasileiros e para o desenvolvimento nacional.

***“Planejamento Espacial Marinho
(PEM) na Região Sudeste - Um
olhar estratégico e sustentável
para a Economia Azul no Brasil”***

é uma publicação do Consórcio Sudeste Azul, parceria entre Fundação Getúlio Vargas (FGV) e EnvironPact – Sustentabilidade e Resiliência, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A execução do PEM Sudeste tem apoio financeiro do BNDES, conforme o contrato de aplicação de recursos não reembolsáveis, resultado da seleção do Edital de Seleção Pública de Parceiro Executor de Estudo Técnico voltado à implementação do PEM na região marinha do Sudeste do Brasil.

Acompanhe a divulgação das oficinas e demais formas de contribuição nas nossas redes sociais:



Instagram: @pem.sudeste



LinkedIn: @pem.sudeste

PEM ^{SE}
Planejamento
Espacial
Marinho

